



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Estrela Velha

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 01, DE 18 DE JANEIRO DE 2024.

Estabelece o índice de revisão geral, anual, aos agentes políticos, ocupantes dos cargos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores, e dá outras providências.

Art. 1º. A revisão geral, anual, de que trata o inciso X, parte final, do art. 37 da Constituição Federal, será feita, nos termos da Lei Municipal nº. 410, de 06 de setembro de 2002, com a alteração dada pela Lei Municipal nº. 1.174, de 27 de fevereiro de 2015, pela aplicação do índice de 4,62% (quatro vírgula sessenta e dois por cento), aos ocupantes de cargos eletivos, Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores, conforme previsto no art. 5º da Lei Municipal nº. 1.403 e art. 3º da Lei Municipal nº. 1.404, ambas datadas de 24 de junho de 2020.

Art. 2º. A aplicação do percentual de revisão de 4,62% (quatro vírgula sessenta e dois por cento), previsto no art. 1º desta Lei, fixa os valores dos subsídios conforme seguem:

I – Prefeito Municipal o valor de R\$10.382,22 (dez mil, trezentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos).

II – Vice-Prefeito o valor de R\$6.229,34 (seis mil, duzentos e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos).

III – Secretários Municipais o valor de R\$5.191,09 (cinco mil, cento e noventa e um reais e nove centavos).

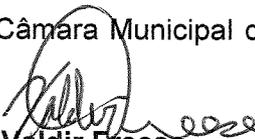
IV - Vereadores o valor de R\$2.075,97 (dois mil, setenta e cinco reais e noventa e sete centavos);

V – Presidente da Câmara Municipal de Vereadores o valor de R\$3.113,96 (três mil, cento e treze reais e noventa e seis centavos).

Art. 3º. As despesas correntes da aplicação desta Lei serão atendidas pelas dotações próprias do orçamento municipal dos poderes Executivo e Legislativo do exercício financeiro de 2024.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

Sala de Sessões Erno Billig, Câmara Municipal de Vereadores de Estrela Velha, 18 de janeiro de 2024.


Valdir Freese
Presidente

Deoclécio Ravanello
Vice – Presidente

Jardel Silveira
Secretário



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Câmara Municipal de Estrela Velha

Justificativa ao Projeto de Lei Legislativo nº 01/2024

Conforme previsto na Lei Municipal nº. 410, de 06 de setembro de 2002, com a alteração dada pela Lei Municipal nº. 1.174, de 27 de fevereiro de 2015, no mês de janeiro de cada ano deve ser procedida à revisão geral, anual, da remuneração dos servidores municipais, tanto do Executivo como do Legislativo, de acordo com o percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, dos últimos doze meses (período de janeiro a dezembro de cada ano). No ano de 2023, o índice de inflação do IPCA foi de 4,62% (quatro vírgula sessenta e dois por cento).

De acordo as Leis Municipais nº. 1.403 e nº. 1.404, ambas datadas de 24 de junho de 2020, que estabelecem a fixação dos subsídios dos cargos eletivos de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores prevê que os subsídios serão reajustados, por meio de Lei específica, na mesma data e no mesmo índice em que for procedida a revisão geral da remuneração dos servidores municipais.

Assim, contamos com a compreensão dos senhores Vereadores para aprovação deste projeto, lembrando que o percentual de reajuste é retroativo a 1º de janeiro de 2024, para que o percentual de revisão seja consignado na folha de pagamento no final deste mês de janeiro.

Sala de Sessões Erno Billig, Câmara Municipal de Vereadores de Estrela Velha,
18 janeiro de 2024.



Valdir Freese
Presidente

Deoclécio Ravello
Vice – Presidente

Jardel Silveira
Secretário